

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL RT 1010	11

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL – RETROSPECTIVA 2019

A globalização econômica e a reforma da previdência: impactos para o futuro da seguridade social no Brasil <i>Economic globalization and the reform of social security: impacts for the future of social security in Brazil</i>	
ANDRÉ STUDART LEITÃO, JOSÉ LEANDRO MONTEIRO DE MACÊDO e ROBERTA PESSOA MOREIRA....	23
Liberação do saque de valores do FGTS e os impactos dessa medida na vida do trabalhador brasileiro <i>FGTS release and the impacts of this measure on the life of the Brazilian worker</i>	
GEORGENOR DE SOUSA FRANCO FILHO e PERLLA BARBOSA PEREIRA MAUÉS.....	47
O novo direcionamento da política externa brasileira e os impactos dessa nova abordagem no âmbito do Direito Internacional na sociedade da informação <i>The new directioning of Brazilian foreign policy and the impacts of this new approach under international law in the information society</i>	
EMERSON PENHA MALHEIRO e ROBERTO SENISE LISBOA.....	61
O Projeto de Lei Anticrime <i>The Anticrime Bill</i>	
GUILHERME DE SOUZA NUCCI.....	77
O tratamento do fluxo migratório venezuelano de 2015 a 2019: do Direito Internacional ao direito brasileiro <i>The treatment of Venezuelan migration flow from 2015 to 2019: from international law to Brazilian law</i>	
JAHYR-PHILIPPE BICHARA	93
Justiça ambiental e o desastre de Brumadinho <i>Environmental justice and disaster of Brumadinho</i>	
MARCELO KOKKE	119

Impactos da reforma trabalhista brasileira: dois anos depois <i>Impacts of the Brazilian Labor Reform: two years later</i> EDILTON MEIRELES.....	137
Impactos da Lei 13.874/2019 no princípio da função social do contrato: a liberdade econômica em foco <i>Impacts of the Law 13.874/2019 on the principle of social function of the contract: economic freedom in focus</i> MICAELA BARROS BARCELOS FERNANDES.....	149
Lei Anticorrupção e acordo de leniência: apontamentos críticos <i>Anticorruption Law and agreement of lenience: critical appraisals</i> EMERSON ADEMIR BORGES DE OLIVEIRA e JOÃO PEDRO CEREN	181
A Lei Geral de Proteção de Dados: noções gerais <i>Data Protection Act: general notes</i> LUIZ CARLOS BUCHAIN.....	209
Serviços privados de transporte individual e a Reforma de 2018 na Lei de Mobilidade Urbana <i>Private individual transport services and the reform of the Urban Mobility Law</i> CARLOS ARI SUNDFELD e ANDRÉ ROSILHO	231

DIREITO DIGITAL

Interfaces artificiais e interpretação judicial: o problema do uso da inteligência artificial e da metodologia <i>fuzzy</i> na aplicação do direito <i>Artificial interfaces and judicial review: the problem of the use of artificial intelligence and the fuzzy methodology in the application of the law</i> EDUARDO CAMBI, ELIDIA APARECIDA DE ANDRADE ALVES e FERNANDO DE BRITO ALVES.....	245
Existem Limites Probatórios na Era Digital? – A validade processual penal e constitucional das provas digitais <i>Are there limits of probative value in the digital age? – Criminal and constitutional procedural validity of digital evidence</i> GUILHERME MACHADO DE CASTILHOS e ALINE PIRES DE SOUZA MACHADO DE CASTILHOS.....	275

DIREITO TRIBUTÁRIO

Aspectos controversos sobre o ICMS na importação de mercadorias <i>Controversial aspects of goods circulation and services tax in importation of goods</i> OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO	297
--	-----

PROCESSO CIVIL

O processo justo – o pensamento de Calamandrei, a instrumentalidade de Dinamarco e os mecanismos constitucionais para atingimento da justiça pelo processo

Achieving justice through process – Calamandrei's proposition, Dinamarco's instrumentality and the constitutional means to reach justice through process

NEWTON COCA BASTOS MARZAGÃO 327

NOTAS E COMENTÁRIOS

Os direitos trabalhistas pedem carona aos serviços de transporte por aplicativos

CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES 361

O Direito Ambiental como ferramenta de proteção ao meio ambiente

LEONARDO BARIFOUSE 367

O beijo gay e a Bienal do Livro no Rio de Janeiro

SAMANTHA KHOURY CREPALDI DUFNER 371

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- TERCEIRIZAÇÃO – Responsabilidade subsidiária da administração pública pelo pagamento dos encargos trabalhistas – Admissibilidade – Culpa *in vigilando* – Falta de eficiente fiscalização do Município do contrato de trabalho que acarreta na transferência automática dos encargos ao Poder Público.

Comentário por LUIS GUILHERME KRENEK ZAINAGHI 381

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- IPI – Creditamento – Inadmissibilidade – Empresa do ramo alimentício que requer benefício decorrente da aquisição de brindes – Direito de crédito que ocorre quando se tratar de matéria-prima que se incorpora ao produto ou que é consumida no curso do processo de industrialização, de forma imediata e integral.

Comentário por PATRÍCIA CRISTINA ORLANDO VILLALBA 389

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- MEIO AMBIENTE – Criação de reserva extrativista – Alteração dos limites da área, após a realização das consultas públicas – Inadmissibilidade – Ausência de comprovação da participação efetiva da população na modificação dos limites e gestão da reserva, com fornecimento de informações adequadas.

413

- DIREITO À MORADIA – Intervenção do Poder Judiciário para implementação de políticas públicas – Admissibilidade – Exigência de medidas para mitigar as consequências causadas pela demolição de construções familiares erigidas em terrenos irregulares – Preservação de direitos fundamentais, ademais, que não caracteriza discricionariedade do Poder Público e não viola o princípio da separação de poderes. 415
- PENSÃO POR MORTE – Exclusão de benefício de filha solteira maior de vinte e um anos, em razão de legislação superveniente – Inadmissibilidade – Prevalhecimento da lei vigente na data do óbito do segurado, a qual não exigia o requisito da prova da dependência econômica – Aplicação do princípio *tempus regit actum* que se impõe. ... 417

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Ação civil pública ajuizada na Justiça do Trabalho por ex-empregados de empresa falida – Prática de atos executórios pela justiça laboral, em virtude da determinação de bloqueio dos bens da empresa pelo juízo falimentar – Inadmissibilidade – Deliberação sobre a destinação do patrimônio da empresa falida que cabe ao juízo universal, de modo a evitar decisões conflitantes..... 421
- NOME COMERCIAL – Exclusividade de uso – Requerimento para que empresa do mesmo ramo promova a alteração do nome empresarial e se abstenha de usar a marca – Inadmissibilidade – Estabelecimentos constituídos em localidades diversas, sem abrangência nacional quanto ao registro e ao nome..... 423
- INDENIZAÇÃO – Dano moral – Estabelecimento comercial que aceita a utilização de cartão bancário com senha, objeto de furto, como forma de pagamento, sem exigir documento de identificação do portador – Correntista que, ao guardar cartão e senha juntos, assume o risco de serem utilizados indevidamente por terceiro – Verba indevida..... 443

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- DIREITO À EDUCAÇÃO – Aluno que requer nulidade de débitos referentes à cumulação de bolsas de estudo em programa de pesquisa – Admissibilidade – Presunção de regularidade, tendo em vista a natureza alimentar da verba paga ao bolsista – Aplicação do princípio da boa-fé que se impõe. 457

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- INDENIZAÇÃO – Dano moral – Empregado que sofre assalto durante o horário de serviço acarretando em agressão física – Dano fixado em razão de atividade de vigia que implica risco acentuado – Verba devida. 461

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- CRIME MILITAR – Desclassificação do delito para infração administrativa – Inadmissibilidade – Delito praticado por ex-militar, que já foi licenciado do Exército, tornando impossível a substituição da penalidade – Bens furtados, ademais, cujo valor não é pequeno para efeito de aplicar da benesse. 465

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

- PRISÃO PREVENTIVA – Ilegalidade – Inocorrência – Concussão e organização criminosa – Agentes que, valendo-se da sua condição de policial civil, exigem a entrega de objetos e dinheiro para que não fossem realizados os procedimentos legais – Autoria e materialidade suficientemente demonstrada nos autos – Existência de risco à ordem pública, em razão da gravidade do delito e do receio da continuidade da prática criminosa..... 469

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- DANO MORAL – Indenização – Agente que formaliza, junto à Polícia Federal, uma denúncia contra as demais pessoas com quem estava viajando para o exterior, alegando que o grupo estava promovendo tráfico de pedras preciosas – Abordagem desnecessária e vexatória no aeroporto que causa constrangimento, ainda mais por um deles ser policial civil – Arbitramento do *quantum* que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade – Verba devida. 473

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO CEARÁ

- ARMA DE FOGO – Porte ilegal – Policial militar – Caracterização – Agente que, embora castrense, somente pode usar armamento devidamente registrado – Delito de mera conduta – Autoria e materialidade comprovadas – Condenação que se impõe. 477

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- JÚRI – Desaforamento – Admissibilidade – Dúvida quanto à parcialidade dos jurados – Temor da comunidade local ante a elevada periculosidade dos acusados, constituindo verdadeiro grupo de extermínio – Medida excepcional somente cabível nas hipóteses concretas que comprometem a ordem pública e acarretam risco à integridade das testemunhas. 481

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- DANO MORAL – Indenização – Falha na prestação de serviço – Família que passa ceia de natal dentro do avião devido à necessidade de manutenção da aeronave – Atraso de voo por mais de 30 horas que acarreta majoração do *quantum* arbitrado – Verba devida..... 485

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE

- USO DE DOCUMENTO FALSO – Atipicidade – Inocorrência – Crime formal que independe de resultado naturalístico – Pretensão do agente de iludibriar, que, embora não tenha sido atingida, não afasta a consumação do delito – Autoria e materialidade comprovadas – Condenação que se impõe..... 489

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Danos moral e material – Afogamento em local de propriedade do ente público – Falha do Estado em zelar pela vida da população que frequentava o lugar sem qualquer segurança – Comprovação, ademais, de culpa concorrente da vítima que, ciente da periculosidade, nadou por tempo excessivo, tendo contribuído para possibilidade de afogamento pela fadiga – Verbas devidas.. 493

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- INDENIZAÇÃO – Danos moral e estético – Funcionário de estabelecimento comercial que agride consumidor acarretando lesões corporais – *Quantum* arbitrado que se afigura condizente dentro dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade – Verbas devidas. 497

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas..... 501
- Índice de Autores..... 505

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 509